



# MINERAÇÃO EM ALTA

Setor mineral cresceu 7,5% no primeiro semestre de 2025 e respondeu por mais da metade do superávit comercial do País. Além do avanço em minerais críticos, ampliou a arrecadação e abriu novas vagas emprego



Foto: Reprodução/LinkedIn



## Xadrez da mineração: Brasil entre EUA e China na disputa por minerais críticos

Leonardo Alves Corrêa é advogado, sócio da área ambiental do escritório VLF Advogados e professor de Direito Ambiental e Minerário da Faculdade de Direito da UFMG.

No atual contexto de guerra tarifária e crescente instabilidade geopolítica, a mineração voltou à mesa de negociações como peça central em um novo ciclo de disputas estratégicas. O complexo mineral-industrial é um setor intrinsecamente ligado à história do Brasil, mas que, nos últimos anos, esteve associado quase exclusivamente a tragédias ambientais. Agora, em meio ao maior tensionamento político recente entre Brasil e Estados Unidos, a mineração reaparece como ativo estratégico diante da corrida global por minerais críticos, elementos essenciais para a produção de baterias, semicondutores, veículos elétricos, infraestrutura energética e equipamentos de defesa.

Para compreender como a mineração foi novamente convocada ao centro desse jogo, é preciso enxergar o xadrez mais amplo da geopolítica mineral. Antes de mais nada, compreender o quadro global é fundamental para interpretar os movimentos de cada país e identificar como o Brasil pode atuar de forma estratégica nessa disputa.

Minerais críticos são aqueles considerados essenciais para a economia e para a transição energética, mas que apresentam alto risco de abastecimento devido à concentração geográfica das reservas ou a dificuldades de extração e processamento. Esses minerais desempenham papel estratégico em setores como energia renovável, mobilidade elétrica, defesa e alta tecnologia. Exemplos incluem o lítio, fundamental para baterias de íon-lítio, o

níquel, usado em ligas metálicas e baterias de alta performance, e as terras raras, indispensáveis para ímãs permanentes, turbinas eólicas e equipamentos eletrônicos avançados.

As terras raras, por sua vez, um grupo de 17 elementos químicos como lantânio, cério, promécio e neodímio, são vitais para setores de alta tecnologia. Estão presentes em ímãs potentes usados em turbinas eólicas e veículos elétricos, ligas aeroespaciais e de defesa, sistemas de guiagem de mísseis, radares avançados, lasers médicos e catalisadores no refino de petróleo.

### Política de Estado nos EUA

Nos Estados Unidos, a busca por minerais críticos tornou-se uma verdadeira política de Estado. Diante da forte dependência em relação à China, o país adota como estratégia nacional a diversificação de seus fornecedores de minerais críticos e estratégicos. Nesse contexto, o governo americano já incluiu esses minerais nas negociações com países como Indonésia e Ucrânia. Em síntese, o objetivo é equilibrar riscos e reduzir vulnerabilidades na cadeia de suprimentos.

A China, por sua vez, controla as etapas mais valiosas da cadeia mineral, reunindo grandes reservas, elevado

**“Minerais críticos são aqueles considerados essenciais para a economia e para a transição energética”**

**“O Brasil, apesar de possuir vastas reservas de minerais críticos e a segunda maior de terras raras do mundo, ainda aproveita apenas uma fração do seu potencial”**

grau de refino e domínio tecnológico. Paralelamente, amplia sua presença no Brasil por meio da aquisição de projetos minerários e demonstra especial interesse em investir em infraestrutura essencial para o setor, como portos, ferrovias e centros logísticos. No tabuleiro da geopolítica, busca expandir sua atuação na América Latina e na África para manter sua posição de hegemonia e assegurar a continuidade da forte dependência americana.

O Brasil, apesar de possuir vastas reservas de minerais críticos e a segunda maior de terras raras do mundo, ainda aproveita apenas uma fração do seu potencial. Apenas 27% do subsolo brasileiro está mapeado, o que evidencia a falta de conhecimento geológico aprofundado e reforça a ausência de domínio tecnológico e da cadeia industrial. Esse cenário limita a capacidade do país de se inserir de forma soberana nas cadeias globais de valor, mantendo-o como mero exportador de matéria-prima bruta. Além disso, o complexo mineral-industrial enfrenta forte insegurança jurídica. Em síntese, trata-se de um ecossistema produtivo que nunca ocupou o centro da estratégia nacional de desenvolvimento.

## EDITORIAL

### Fundo Soberano: o fair play financeiro das cidades mineradoras

As cidades mineradoras são beneficiárias de magníficas riquezas do subsolo. Um privilégio superior. A natureza foi muito generosa com estes municípios. A presença de empresas extrativistas nestes espaços geográficos significa desenvolvimento social, crescimento econômico e pleno emprego. Hoje em dia, o investimento na educação virou a “bala de prata” das compensações pelos danos ambientais. Um exemplo emblemático. Em histórica parceria com a Vale, Itabira conquistou o cobiçado campus da Universidade Federal de Itajubá (Unifei). Na mesma direção, a Anglo American anunciou a implantação de uma instituição de ensino superior em Conceição do Mato Dentro, nos próximos anos.

Mas não há apenas mar de rosas nesta cantiga. Toda moeda tem outro lado. E aqui se repete a velha toada “minério não dá duas safras”. Neste contexto, entra em cena a pergunta perturbadora: o que acontecerá com estes eldorados de ocasião depois da exaustão das minas? Acaso, se transformarão numa Potosí brasileira?

Com inspiração nas incertezas do futuro, a Associação Brasileira dos Municípios Mineradores (AMIG Brasil) propõe a criação do “Fundo Soberano”. O nome atraente remete a uma espécie de poupança ou garantia de futuro sustentável. As próximas gerações agradecerem. O mecanismo prevê regras consistentes de funcionamento. A administração contará com um manual de condutas. O “caderninho” exibirá um receituário para uso racional dos recursos públicos. A pretensão é ambiciosa: alcançar o máximo com o mínimo disponível. Um esforço pragmático.

Neste caso, o “Fundo Soberano” funcionaria como o fair play financeiro do futebol. Em outras palavras, a gestão seria a junção de arrecadação responsável com gastos republicanos. A bola agora está com as cidades das minas.

**“O mecanismo prevê regras consistentes de funcionamento. (...) A pretensão é ambiciosa: alcançar o máximo com o mínimo disponível. Um esforço pragmático”**

## EXPEDIENTE

**DeFato**

**Diretor Administrativo**  
Thiago Jacques  
thiago@defatoonline.com.br

**Gerente Comercial**  
Rachel Furtado  
rachel@defatoonline.com.br

**Redação**  
Giovanna Victória  
Guilherme Guerra  
Jardel Mendes  
Ramon Agostinho

**Editorial**  
Fernando Silva

**Editores de Jornalismo**  
Fernando Silva  
Gustavo Linhares

**Fotos Capa**  
Principal: Divulgação/Vale  
Entrevista: Filipe Augusto/AMIG Brasil

**Gerente de Produção**  
Marina Colombo  
opec@defatoonline.com.br

**Diagramação**  
Sônia Oliveira - Ponte Propaganda  
gerencia@pontepropaganda.com.br

**Impressão:**  
Gráfica Pinus

# Marco regulatório da mineração é fundamental para os municípios mineradores, afirma presidente da AMIG Brasil

Marco Antônio Lage, presidente da instituição, defende maior autonomia e justiça tributária para os territórios minerados

Foto: Filipe Augusto/AMIG Brasil

Entre os dias 20 e 21 de agosto aconteceu em Belo Horizonte, Minas Gerais, o VI Encontro Nacional dos Municípios Mineradores. O evento foi realizado pela Associação Brasileira dos Municípios Mineradores (AMIG Brasil) e, na ocasião, a reportagem do jornal **DeFato Online – Cidades Mineradoras** conversou com Marco Antônio Lage (PSB), presidente da instituição e prefeito de Itabira.

**Eu queria que você falasse do tema, o que vocês estão buscando com esse evento. Explica para a gente, por favor.**

Esse é o encontro, talvez, mais importante da história aqui da mineração, porque nós estamos num momento muito crucial da mineração no Brasil, num momento que o grande tema da geopolítica internacional são as terras raras, os minerais críticos, da mesma forma que o Brasil precisa se apresentar como um grande protagonista disso, porque nós somos donos da segunda maior reserva [de terras raras] depois da China.

É um momento, depois de quase um século de mineração em larga escala, começada em Itabira, com a criação da então Companhia Vale do Rio Doce [atualmente Vale], dos municípios mineradores assumirem um papel para influenciarem as novas regras, uma nova política mineral no nosso País, que beneficie, que priorize, finalmente, os territórios minerados, as comunidades que vivem nas cidades mineradoras, das pessoas serem o centro disso, e não só o lucro, como vem sendo nesses anos todos.

**“É o momento dos municípios mineradores assumirem um papel para influenciarem as novas regras”**



Além do marco regulatório da mineração, Marco Antônio Lage defende mudanças nos valores da CFEM

O grande tema desse sexto encontro nacional da AMIG é o marco regulatório municipal da mineração, que define regras e um conjunto de leis que vai permitir aos municípios autonomia e que sejam mais protagonistas, participem mais das decisões da indústria de mineração que está implantada em seu território.

O marco regulatório vai ter um papel para ajudar os municípios a desenvolverem os seus programas, o seu ordenamento urbanístico, fazer a mineração conviver melhor com as áreas de proteção ambiental, com a agricultura, as áreas de habitação, e, sobretudo, a discussão das crises hídricas nesses territórios, além da qualidade de vida e o legado da mineração, o que fica [para os territórios minerados].

**O que você vê hoje, o que precisa ser feito e o que esse sexto encontro pode proporcionar de benefício para Itabira nesse momento?**

O marco regulatório municipal que está sendo discutido nesse encontro, naturalmente, vai contribuir também com Itabira e com todos os municípios, dando mais poder aos municípios. Mas, sobretudo, acho que Itabira, a gente tem que ter olhado muito de perto, com muita atenção, porque é um

retrato na parede, mas também é um case, é um exemplo do que não deve ser feito, ou é uma demonstração de como a mineração, o modelo de mineração é equivocado no nosso País.

São 83 anos de mineração em Itabira. A Vale nasceu em 1942 para explorar a primeira grande mina de minério aberta no Brasil, que é a mina do Cauê, no Pico do Cauê. E, oito décadas depois, todos os problemas estão ali instalados para serem resolvidos a toque de caixa, agora que a Vale anunciou a exaustão para 2041, faltando, portanto, 16 anos.

E todo o processo de recuperação ambiental, econômico ainda precisam ser feitos. Ou seja, falamos da mineração deixar legados, promover uma cidade sustentável e uma mineração sustentável, em todas as dimensões.

Hoje, Itabira precisa, a toque de caixa, promover uma transição econômica para as novas receitas do futuro. Itabira precisa de um grande plano de recuperação ambiental depois de oito décadas de mineração, seja na arborização seja na questão dos aquíferos.

O social vai depender exatamente da sustentabilidade econômica, da busca de alternativas econômicas para a cidade sobre-

**“Aumento dos valores da CFEM, de 8% para mineral exportado e 6,7% para minerais que serão beneficiados no Brasil”**

viver, pagar o seu custeio depois da mineração. Isso é um drama, porque a cidade ainda depende mais de 80% da sua economia da Vale, da mineração, então é a mono-economia.

**Qual outra tributação que pode ser criada para que esse valor dessa compensação [a CFEM] seja adequada para tentar recuperar todos os danos que as mineradoras causam?**

A proposta que vai sair daqui prevê um aumento dos valores da CFEM, de 8% para mineral que vai ser exportado e 6,7% para minerais que vão ser beneficiados no Brasil, para agregarmos mais valor ao nosso produto, em vez de continuar exportando nossas montanhas, produzir mais aço, mais produtos agregados no nosso País.

Então, é importante aumentar essa receita dos municípios para exatamente garantir mais justiça tributária aos municípios mineradores.

# Remoção em Itabira: Justiça determina saída imediata de famílias em área de risco

Decisão prevê que a Vale providencie realocação de moradores em até dez dias

Fotos: ATI/FIP-Divulgação

A Justiça determinou a remoção provisória de famílias do bairro Bela Vista, em Itabira, que estão próximas ao Sistema Pontal, pertencente à mineradora Vale. A medida leva em consideração relatório da Defesa Civil que classificaram as casas em risco alto e muito alto de desabamento.

A decisão, da 1ª Vara Cível, atende a requerimentos do Ministério Público, apresentados a partir de solicitações das próprias pessoas atingidas e de documentos elaborados pela As-

**“A medida é vista como um avanço no processo de reparação, já que amplia a proteção das comunidades atingidas”**

essoria Técnica Independente Fundação Israel Pinheiro (ATI/FIP), que atua junto a essas comunidades atingidas.

Agora, a Vale terá até dez dias para efetivar a saída dos moradores e garantir custeio de moradia, transporte, alimentação e acompanhamento psicológico. Inicialmente, as famílias serão levadas para hotéis, até que a mineradora apresente três opções de imóveis para escolha definitiva.

A medida é vista como um avanço no processo de reparação das famílias atingidas pelas obras de descomissionamento do Sistema Pontal, já que amplia a proteção das comunidades e assegura o acompanhamento da Assessoria Técnica Independente Fundação Israel Pinheiro em todas as etapas.



Na imagem é possível ver uma grande trinca em um dos imóveis condenados pela Defesa Civil

## ICMbio rejeita projeto da Vale na Serra do Gandarela

Parecer aponta impactos irreversíveis em mananciais, biodiversidade e segurança de estruturas previstas no empreendimento

Fotos: ICMbio/Divulgação

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio) recomendou o indeferimento do licenciamento ambiental do projeto Apolo, da Vale, na Serra do Gandarela, em Minas Gerais. Em nota técnica, o órgão classificou o empreendimento como incompatível com a preservação do parque nacional, destacando riscos considerados irreversíveis.

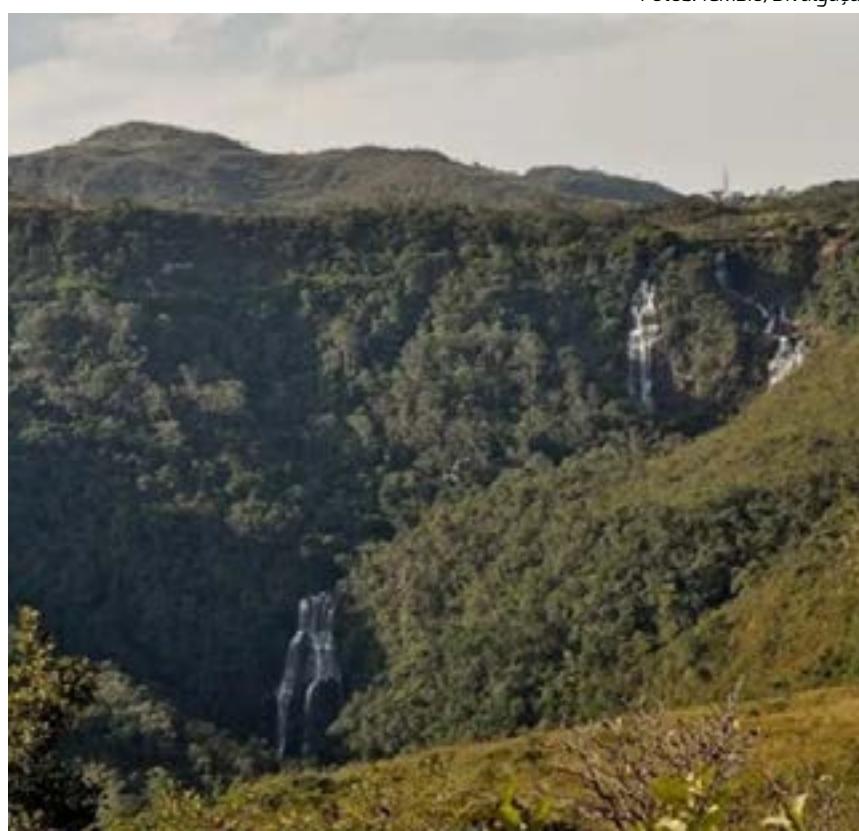
O projeto da Vale prevê lava a céu aberto de minério de ferro em uma área de 1.367 hectares, além da construção de um ramal ferroviário e duas pilhas de estéril. Uma delas, com mais de 238 me-

tros de altura, ficaria a poucos metros do limite do parque. Porém, conforme o ICMbio, estudos indicam alto risco de instabilidade para estruturas acima de 200 metros.

Além disso, o órgão ambiental também aponta impactos como o rebaixamento do lençol freático, que afetaria nascentes do ribeirão Preto e do córrego São João, e a perda de 314 hectares de campos rupestres, habitat de 30 espécies ameaçadas, algumas endêmicas.

O parecer também cita risco de instabilidade de estruturas, poluição atmosférica e ameaça a cursos d'água de classe especial, além de prejuízos ao turismo sustentável no entorno. A Vale afirmou confiar em seus estudos e disse estar aberta ao diálogo.

**“A Vale afirmou confiar em seus estudos e disse estar aberta ao diálogo”**



Órgão ambiental classifica que empreendimento minerário oferece sérios riscos ao Parque Nacional da Serra do Gandarela

# Mineração fatura R\$ 139 bilhões no 1º semestre de 2025 e puxa superávit brasileiro

Crescimento de 7,5% eleva arrecadação e reforça carteira de projetos até 2029; Minas Gerais, Pará e Bahia lideram o desempenho

Com faturamento de R\$ 139,2 bilhões entre janeiro e junho, a mineração brasileira cresceu 7,5% ante 2024 e voltou a puxar a balança comercial: sozinha, respondeu por 53% do superávit do país no período, segundo o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM). O avanço teve como destaque os minerais críticos, que somaram R\$ 21,6 bilhões e saltaram 41,9% na comparação anual. Já o minério de ferro, ainda líder do setor, recuou 8,2% no faturamento, mas seguiu

**“A arrecadação também avançou: impostos e tributos recolhidos pela indústria mineral somaram cerca de R\$ 48 bilhões”**

representando 52,8% da receita, com R\$ 73,5 bilhões.

No mapa do desempenho, Minas Gerais manteve a dianteira, com 39,7% do faturamento nacional, seguido por Pará (34,6%) e Bahia (4,8%). As exportações totais atingiram 192,5 milhões de toneladas — alta de 3,7% —, com saldo comercial mineral de US\$ 16 bilhões, equivalente a 53% de todo o superávit brasileiro. A China permaneceu como principal destino, absorvendo 68,1% do volume exportado. Pelo lado das compras, os Estados Unidos seguiram como maior fornecedor de produtos minerais ao Brasil.

A arrecadação também avançou: impostos e tributos recolhidos pela indústria mineral somaram cerca de R\$ 48 bilhões, alta de 7,5% no semestre. A Compen-



Fotos: Divulgação/Anglo American

Complexo minerário da empresa Anglo American, uma das grandes operadoras no sistema mineral brasileiro

sação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) respondeu por R\$ 3,7 bilhões. Até 2029, a carteira de projetos prevista para

o setor soma US\$ 68,4 bilhões, com foco em expansão de minas, modernização tecnológica e atendimento à transição energética.

## Geração de empregos segue em alta

Fotos: GReprodução/FreePik



Na geração de emprego na mineração brasileira, Minas Gerais reúne 35% da força de trabalho; o Pará, 13%; Bahia e São Paulo, 7% cada

O semestre foi positivo: o estoque alcançou 226.067 empregos diretos e 5.085 novas vagas, segundo o Caged. Minas Gerais reúne 35% da força de trabalho; o Pará, 13%; Bahia e São Paulo, 7% cada.

No Vale do Jequitinhonha, projetos de lítio atraíram R\$ 6,3 bilhões desde

2023 e criaram cerca de 3,5 mil postos. Salários acima da média: engenheiros de minas, R\$ 23 mil; técnicos em mineração, R\$ 5,8 mil; técnico em pesquisa mineral, R\$ 3,4 mil; operadores de máquinas, R\$ 3,3 mil; diretores podem superar R\$ 40 mil.

## Produtos e aplicações do setor mineral

A mineração estrutura a vida moderna. Cosméticos e fármacos usam talco, zinco e sílica; a agricultura depende de fosfatos e potássio; academias e infraestrutura incorporam ligas de ferro, alumínio e titânio. Nos eletrônicos, cobre, quartzo, ouro, tântalo e mica viabilizam celulares, computadores e baterias.

Na saúde, próteses, marca-passos e exames — como a ressonância magnética — dependem de materiais minerais. Das estradas aos hospitais e dos fertilizantes aos eletrodomésticos, o setor é invisível para o consumidor, mas indispensável para a competitividade do país e para a transição energética.

**“Das estradas aos hospitais e dos fertilizantes aos eletrodomésticos, o setor é invisível para o consumidor, mas indispensável para a competitividade do país”**



Encontro Nacional dos Municípios Mineradores aconteceu no auditório do TCE-MG, em BH

# AMIG consolida agenda municipalista e exige marco regulatório para a mineração

VI Encontro Nacional dos Municípios Mineradores, em Belo Horizonte, aprovou propostas para CFEM, fiscalização e diversificação econômica

O VI Encontro Nacional dos Municípios Mineradores, promovido pela AMIG Brasil nos dias 20 e 21 de agosto, em Belo Horizonte, Minas Gerais reuniu prefeitos, técnicos, parlamentares e especialistas para debater o papel dos municípios na governança da mineração.

**“É preciso mais justiça tributária e fiscalização rigorosa para evitar que cidades acometidas pela extração arquem com passivos negligenciados”**

Os participantes defenderam a criação de um Marco Regulatório Municipal que amplie a fiscalização da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), fortaleça a autonomia nos licenciamentos e imponha diretrizes de ordenamento territorial.

O presidente da AMIG e prefeito de Itabira, Marco Antônio Lage (PSB), afirmou que é preciso mais justiça tributária e fiscalização rigorosa para evitar que cidades acometidas pela extração arquem com passivos negligenciados. “Os municípios não aceitarão mais que mineradoras ditem as regras sozinhas. Precisamos de fiscalização rigorosa e de protagonismo local na gestão da atividade”, afirmou.

Foto: Filipe Augusto/AMIG Brasil



Marco Antônio Lage é prefeito de Itabira e presidente da AMIG Brasil

## Fiscalização e arrecadação

A agenda concentrou-se em medidas práticas para aprimorar a arrecadação. A apresentação da Plataforma Minera Brasil, ferramenta do Serpro para integrar dados fiscais, georreferenciamento e informações da ANM, foi apontada como peça-chave para reduzir perdas de receita e agilizar o cálculo da CFEM.

Especialistas recomendaram a harmonização de bases, a padronização de protocolos de verificação e a capacitação de equipes municipais para operacionalizar a tecnologia. Prefeitos cobraram prazos objetivos para implementação e metas para o compartilhamento de dados entre União, estados e municípios.

## Diversificação e desenvolvimento

Os debates também exploraram estratégias para transformar riqueza mineral em desenvolvimento local sustentável: atração de cadeias de transformação, parques tecnológicos, incentivo ao turismo de base natural e políticas voltadas à indústria associada à transição energética.

Foram apresentados casos de municípios que avançaram em diversificação e propostas de incentivos para atração de indústrias de alto valor agregado. Ao final, a assembleia aprovou um documento de propostas com cronograma de ações a ser encaminhado ao Congresso e aos órgãos federais.

**“Os debates também exploraram estratégias para transformar riqueza mineral em desenvolvimento local sustentável”**



## Sicoob Credimepi amplia atuação no Brasil e reforça compromisso com a justiça financeira

Com quase 30 anos de história no cooperativismo financeiro, o Sicoob Credimepi vem consolidando sua presença em Minas Gerais e expandindo suas fronteiras para outras regiões do país. Atualmente, a cooperativa conta com 35 agências, sendo 29 em Minas Gerais e seis no Rio Grande do Norte, estado onde acaba de reinaugar sua agência no Shopping Estação, em Natal, com o dobro da estrutura anterior.

A expansão faz parte de um plano estratégico iniciado em março de 2024, após a incorporação do Sicoob RN, e prevê a abertura de seis novas unidades no interior potiguar até 2027, além da reforma de outras cinco agências na capital. O movimento reforça o modelo de atuação do Sicoob Credimepi, que aposta na presença física como diferencial de relacionamento e proximidade com seus mais de 68 mil cooperados.

Na contramão do sistema bancário tradicional, que tem fechado unidades físicas, o Sicoob Credimepi investe no atendimento local, por acreditar que a agência é um espaço fundamental para fortalecer vínculos, ouvir os cooperados e promover soluções personalizadas. Esse olhar próximo é uma das marcas do cooperativismo, modelo em que cada associado tem voz ativa nas decisões e participa dos resultados.

Só em 2025, a cooperativa distribuiu R\$ 27 milhões aos cooperados. Mas os impactos vão além do retorno financeiro. O Sicoob Credimepi também investe em educação financeira e no desenvolvimento das comunidades onde está presente.

Ao expandir sua atuação, o Sicoob Credimepi leva para novos territórios seu propósito: conectar pessoas para promover a justiça financeira e a prosperidade.

Assista o vídeo da inauguração no link:  
<https://www.youtube.com/watch?v=TaYcoEjxczg>



## BOMBOU NA WEB

www.defatoonline.com.br

Foto: Divulgação/Nova 381



### Nova 381 inicia operação na BR-381 com atendimento 24h e foco em segurança dos motoristas

A concessionária Nova 381 iniciou oficialmente, na segunda quinzena de agosto, a operação plena do trecho da rodovia BR-381 sob sua responsabilidade, com atividades operacionais acontecendo entre Belo Horizonte e Governador Valadares (do km 450 ao km 150). O novo ciclo do contrato com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) marca o começo do atendimento operacional aos usuários, com foco em mais segurança, conforto e agilidade nos deslocamentos.

### Cobrança de pedágios na BR-381 em Caeté e João Monlevade começa em setembro

A cobrança de pedágios na rodovia BR-381, no trecho que liga Belo Horizonte ao Vale do Aço, terá início em setembro nas praças de Caeté e João Monlevade. A informação foi confirmada pelo gerente de operações da concessionária Nova 381, Diego Dutra, em entrevista à Rádio Itatiaia na sexta-feira, 22 de agosto. Sobre o preço, o valor exato será definido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). No entanto, a expectativa é que a tarifa fique próxima de R\$ 14.

Foto: Reprodução/Vagner Ferreira



Foto: EBC/Rádios



### Justiça mantém condenação de mulher que alimentava pombos e causava prejuízo à vizinhança

O 12º Juizado Especial Cível da Comarca de Natal, no Rio Grande do Norte, manteve a condenação de uma mulher que alimentava pombos em sua calçada, provocando transtornos à vizinhança e danos materiais a um veículo estacionado nas proximidades. Os autos do processo confirmam que a mulher interferia no sossego, na salubridade e na segurança dos vizinhos. Ela terá que pagar duas indenizações: uma de R\$ 1 mil por danos morais e outra de R\$ 1.050 por danos materiais.

### Mulher é demitida por justa causa após fazer bronzeamento artificial durante licença por atestado médico

A juíza June Bayão Gomes Guerra, então titular da 11ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, manteve a dispensa por justa causa aplicada à empregada de uma confeitaria, que realizou procedimento de bronzeamento artificial quando estava afastada por atestado médico. A magistrada deu razão à empresa para reconhecer que o comportamento da autora foi grave o suficiente para quebrar a confiança indispensável à manutenção do contrato de trabalho.

Foto: Freepik



177 projetos aprovados.  
Mais de 14 mil pessoas beneficiadas.

E nada supera a felicidade da Bruna Pimenta, Analista de Reassentamento e voluntária em Conceição do Mato Dentro.

"O voluntariado me transformou. Mostrou, na prática, que pequenas ações geram grandes mudanças. Acredito no poder da presença, do afeto e do compromisso com o outro." Desde 2019, o programa de voluntariado Embaixadores do Bem incentiva empregados a colocarem seus talentos e conhecimentos em projetos sociais que transformam vidas. De lá para cá, foram investidos R\$ 5,6 milhões em iniciativas que promovem desenvolvimento, pertencimento e impacto positivo nas comunidades.

Assim, a Anglo American proporciona geração de renda, saúde, esporte e educação para as pessoas como sementes de transformação.



Saiba mais em [angloamerican.com.br](http://angloamerican.com.br).  
Acesse o QR CODE e conheça  
mais histórias dos Embaixadores do Bem.

